



FALTOU CAIXA Protesto de servidores no Rio: disparada nos gastos com o funcionalismo público e com os inativos

CHOQUE DE MÁ GESTÃO

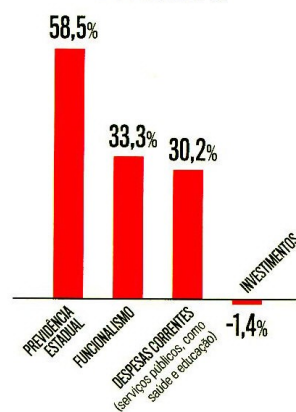
Na semana em que a PEC do Teto avança, o rombo nas contas estaduais assombra o equilíbrio fiscal – os governadores foram mais criativos do que se imaginava **BIANCA ALVARENGA**

METADE dos governos estaduais está pagando salários com atraso ou em parcelas. Sete estados não sabem sequer se poderão pagar o 13º ao funcionalismo. Os governadores põem a culpa na queda da arrecadação. Uma análise mais atenta, entretanto, revela na verdade um acúmulo de anos e anos de má gestão, aumento de gastos acima do tolerável e maquiagens para

driblar restrições orçamentárias. O quadro fiscal é temerário mesmo em alguns estados tidos, até pouco tempo atrás, como exemplos do “choque de gestão”. Em análise divulgada pelo Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Fazenda, fica evidente o descompasso da ganância promovida pelos governadores. A receita disponível cresceu 26% entre 2012 e 2015. Por-

A GASTANÇA DOS ESTADOS

(variação nas despesas entre 2012 e 2015)



Fontes: Tesouro Nacional e Ministério da Fazenda

tanto, não é verdade que houve uma queda generalizada nos recursos. O desequilíbrio ocorreu porque as despesas avançaram em um ritmo muito maior. O gasto com a folha de pagamento cresceu 33%. A conta da previdência dos servidores explodiu, aumentando quase 60% em apenas quatro anos. Em média, a cada 10 reais gastos pelos governos estaduais, 6 vão para a folha de pagamento. Os 4 reais restantes são disputados pelos serviços públicos, como saúde e educação, investimentos e custeio da máquina pública. Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ambos estados em grandes apuros, comprometem mais de 70% da despesa com servidores, somados os da ativa e os inativos. Sobra muito pouco para o restante.

As contas estaduais só chegaram a essa situação porque, em vez de controlarem os gastos, as gestões optaram pela contabilidade criativa. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe um limite para o comprometimento da receita com a folha de pagamento. O teto para os estados é de 60%, considerados os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Os governos que estejam perto desse limite ficam proibidos de conceder reajustes salariais ou criar vagas. Na intenção de fugirem das sanções, os governadores recorreram aos tribunais de contas dos estados para mudar a maneira de calcular as despesas com os servidores. Há estados que excluíram bonificações (gratificações e verbas indenizatórias, por exemplo) no cálculo final. Outros expurgam as contas previdenciárias. É uma política às avessas, pois o papel dos TCEs é fiscalizar e julgar as contas dos governadores, e não ajudar nas manobras contábeis. Isso fez com que houvesse distorções significativas nos números apresentados pelos estados. A LRF, que foi responsável pela disci-

O ROMBO DOS SERVIDORES

Déficit na previdência dos funcionários estaduais em 2015 (valores em reais)



Fontes: Tesouro Nacional e Ministério da Fazenda

plina fiscal dos estados no início da década passada, tornou-se, em grande parte, letra morta. “Os estados sabidamente foram criativos nas contas, até porque seguiram o exemplo do governo federal. As estatísticas estão sendo embaralhadas de uma forma que não se sabe ao certo qual é a situação atual”, afirma José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre/FGV e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público. Sabe-se, porém, que a situação é pior do que se imaginava.

No boletim divulgado pelo Tesouro, há um comparativo entre o método criativo dos tribunais de contas estaduais e o método padronizado pelo Tesouro Nacional. Conforme a planilha dos estados, a única que efetivamente vale para efeito da LRF, há apenas dois estados estourando o teto de despesa com o funcionalismo: a Paraíba e o Tocantins. E o estouro é somente de 3 pontos percentuais acima do limite. Fosse verdade, seria um paraíso. Mas, considerando a metodologia do Tesouro, há oito estados desobedientes. No caso de Minas Gerais, o gasto com a folha é delinquência pura: 18 pontos percentuais acima do limite legal. Estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara recuperou os registros fiscais de dezenove estados em 1998, dois anos antes de vigorar a LRF, e mostrou que mais da metade gastava mais que o limite. Ou seja, voltamos a era da irresponsabilidade fiscal.

O projeto que limita o avanço dos gastos federais, a PEC do Teto, passou pela Câmara e agora será votado no Senado. Ali, já se articula congelar os gastos por um período inferior aos vinte anos propostos pelo governo. Seja como for, logo depois de aprovada em definitivo a PEC do Teto, a farra fiscal dos estados terá de ser enfrentada. Do contrário, a saúde das finanças públicas continuará em xeque. ■